



O ENSINO FUNDAMENTAL II EM GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO

ANA PAULA TEODORO DOS SANTOS

EIXO: 19. EDUCAÇÃO E ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Eixo 19. Educação e Ensino de Ciências Humanas e Sociais.

O ENSINO FUNDAMENTAL II EM GEOGRAFIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO

INTRODUÇÃO

É fato que a escola é parte do dia a dia do professor, da mesma forma, que o ato de avaliar, pois o professor deve tanto organizar o processo de avaliação (elaboração de instrumentos, verificação de seus resultados, aplicação de novos testes quando necessário, etc.), quanto manter adequados registros de todo processo e resultados, situação que têm demandado cada vez mais atenção por parte do educador.

Em particular, na disciplina de Geografia, surgem determinados questionamentos: O que é avaliado em Geografia? Que saberes/conteúdos são exigidos nas avaliações de Geografia? O que explica a escolha dos instrumentos e dos conteúdos que se avaliam?

Assim, este trabalho é o resultado da ideia de que ao investigar o processo de avaliação em Geografia a partir da experiência dos educadores é possível acompanhar as práticas docentes e a eficácia do processo ensino-aprendizagem dos educandos.

Com o objetivo de compreender o processo e os diferentes tipos de avaliação da aprendizagem e seus respectivos instrumentos, particularmente na disciplina de geografia, foi realizada pesquisa bibliográfica e de dados primários.

A avaliação é primordial para a consecução do processo de ensino aprendizagem, pois serve para muitos fins, dentre eles, verificar se os resultados foram alcançados; trocar experiências com o intuito de evitar que outros cometam os mesmos erros; propiciar um replanejamento de acordo com a realidade; analisar se houve progresso, considerando os objetivos.

O conceito de avaliação remete a diferentes metodologias, contextos e concepções, discutidos por uma vasta literatura, se tornando objeto de estudo de autores como Bolt (2011), Luckesi (1999), Freire (1996) e Hoffmann (1993).

A apreensão das diversas concepções de avaliação poderão responder a instigante inquietação: Como ocorre a avaliação no meio educativo?

Em particular, Como ocorre a avaliação no ensino de Geografia? O que é avaliado em Geografia? Que saberes/conteúdos são exigidos nas avaliações de Geografia? O que explica a escolha dos instrumentos e dos conteúdos que se avaliam? Esses são questionamentos que instigam novas leituras sobre o tema e justificam nossa pesquisa.

METODOLOGIA

Sistematizou-se a partir de ampla pesquisa bibliográfica, concomitante a consulta de dados primários a partir de pesquisa de campo na Escola Municipal de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis, localizada no Distrito Pé-Leve Novo, Limoeiro de Anadia-AL, na qual foi possível acompanhar as aulas de dois professores de geografia do ensino fundamental II.

A pesquisa se norteia pelas concepções teóricas de avaliação discutidas por autores como Luckesi (1999), Bolt (2011), Freire (1996) e Hoffmann (1993), em que se identifica os diferentes tipos de avaliação da aprendizagem e seus respectivos instrumentos, buscando correlacioná-las ao ensino de Geografia.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AVALIAÇÃO NAS AULAS DE GEOGRAFIA

De forma geral, apesar de existirem muitas correntes e nomenclaturas para identificar as práticas avaliativas na escola, pode-se dizer que a literatura aponta três grandes tendências: classificatória, diagnóstica e emancipatória.

Por sua vez, a Avaliação Classificatória é considerada uma herança do ensino tradicional em que a metodologia de ensino é centrada na reprodução de uma técnica/conteúdo e na aquisição de habilidades, de modo que há ênfase no fazer ditado pelo professor e não no conhecimento construído pelos estudantes. Essa avaliação é realizada apenas no final do processo de aprendizagem, a fim de medir seu produto final. Atuando como instrumento de coleta de nota, Luckesi (2000) classifica os alunos como bom, médio ou inferior sem considerar um processo de reflexão autônoma.

No entanto, a partir do momento em que o educador sai do foco da mera transmissão de conteúdos e avança em estratégias que promovam a aquisição de conhecimentos de forma que, paulatinamente, os educandos desenvolvam mecanismos para busca e reflexão sobre informações e se mostrem capazes de atribuir a estas significados diversos, a avaliação passa a ter outros objetivos, como caráter de diagnóstico.

Segundo Penna Firme (1994), Avaliações Diagnósticas são conduzidas com o propósito de identificar as fraquezas e as potencialidades dos estudantes, com o intuito de informar futuras estratégias ao professor e ao aluno. Assim, o referido conceito está abalizado na concepção de que, para o educador, a atenção ao desempenho do aluno é elemento primordial à prática pedagógica; ou seja, cabe ao professor desenvolver estratégias que lhe permitam conhecer os erros e acertos do educando a fim de promover o seu objetivo cognitivo.

Portanto, os dados adquiridos numa abordagem classificatória não possibilitam a superação diante do conhecimento (ato de reconstrução de saberes), mas são mecanismos de diagnóstico da situação e ponto de partida para o avanço e o crescimento, não a “estagnação disciplinadora” (LUCKESI, 2000).

Já a Avaliação Emancipatória pretende promover os sujeitos, a libertação dos modelos classificatórios e de estagnação social, proporcionando seu crescimento. Portanto, não pode ser o momento final da aprendizagem, mas, sim, parte deste processo, de modo que haja a percepção, a crítica e a prática dos agentes envolvidos (educando e educador).

Logo, o compromisso primordial desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação (SAUL, 1995).

Atualmente, vem sendo desenvolvidas novas concepções de avaliação. Entre elas, destaca-se a Formativa, que objetiva fornecer aos alunos um feedback de seus progressos, considerando avaliações feitas em diferentes momentos e instrumentos. Esta envolve as dimensões afetivas, emocionais, biológicas, simbólicas, éticas, estéticas, dentre outras, que contribuem para a formação humana.

De acordo com as concepções de Luckesi (2006), a avaliação formativa reforça a ideia de que a avaliação, no desenvolvimento global do currículo, é uma ocasião a mais de aprendizagem e não uma interrupção da mesma, tampouco um prestar contas mecânico e rotineiro de e sobre a informação recebida e acumulada previamente.

Já a chamada Avaliação Democrática, oportuniza a todos o conhecimento, utilizando o erro como ponto de partida para o planejamento e a reorientação.

A chamada Avaliação Dinâmica está baseada na crença de que o ser humano é “altamente plástico”, isto é, tem a capacidade, o potencial de modificar-se. Esse olhar é diferente do olhar da escola. Enquanto a escola está preocupada com o nível de funcionamento real, observável do sujeito, a avaliação dinâmica está centrada na possibilidade desse sujeito de aprender, de modificar-se, de aprender a aprender.

Ainda merece destaque a concepção de Avaliação Mediadora, que conforme Hoffmann (2005) refere-se à ação do professor no processo avaliativo. Ela exige do professor um acompanhamento do processo de construção do conhecimento, fazendo-o passar um maior tempo de permanência em sala de aula e atendimento individualizado ao aluno, favorecendo o desenvolvimento do estudante com a oferta de novas e desafiadoras situações de aprendizagem,

sugestão de investigações, oportunidade de vivências enriquecedoras, novas leituras ou explicações.

A partir das diversas concepções vistas, é possível confirmar a importância de conhecermos as várias percepções de avaliação, elencando que todas são válidas diante da necessidade de se escolher as melhores formas de avaliação durante o processo ensino-aprendizagem.

Desta forma, diante da constante busca por uma avaliação cada vez mais mediadora, igualitária e democrática na prática educativa, é interessante compreender que no processo de avaliação em sala de aula são consideradas duas importantes vertentes: a da avaliação como processo integrante do planejamento; e a da avaliação enquanto processo isolado.

Estando certos da existência dessas duas vertentes em sala de aula, e concordando com o pensamento de Villas Boas (2002) quando afirmou não se mudar isoladamente a avaliação, mas sim, o trabalho pedagógico do qual a avaliação é decorrente, defendemos que mudanças efetivas em sala de aula quanto a prática de avaliar somente terá êxito a partir da vertente: avaliação como processo integrante do planejamento.

De tal modo, ao se planejar o componente curricular faz-se necessário estabelecer como será o processo de avaliação, visto que ao fazer parte do planejamento, a avaliação torna-se um instrumento por meio do qual é possível constatar, analisar e rever o processo ensino-aprendizagem.

Assim sendo, a partir do momento em que o processo de avaliação é incluído no planejamento, professores e alunos podem perceber claramente as formas, os instrumentos e os critérios que serão empregados para verificar o grau de aproveitamento dos alunos em relação às habilidades e conhecimentos da disciplina.

Desta maneira, também deve ser elencada a importância do conhecimento dos diversos instrumentos avaliativos, e o quão são relevantes na busca pelo melhor aproveitamento do conteúdo por parte dos alunos.

Tendo em vista a complexidade do processo de aprender, é fato que não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de detectar a totalidade do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. É diante da limitação que cada instrumento de avaliação comporta que se faz necessário pensar em instrumentos diversos e mais adequados com suas finalidades.

Assim, os instrumentos de avaliação de aprendizagem devem ser largamente utilizados ao longo do ano letivo. Além disso, devem permitir ao professor colher informações sobre a capacidade de aprendizado dos alunos, medida, especialmente, pela competência dos mesmos para resolver problemas e instrumentalizar o conhecimento para a tomada de decisões.

Portanto, o professor poderá definir os instrumentos que serão utilizados para melhor acompanhar o processo de aprendizado de seus alunos em relação a sua disciplina.

Entre os diversos instrumentos avaliativos, podemos destacar a prova, o debate, o seminário, o trabalho em grupo e a observação. Esses se apresentam como os mais usuais entre os educadores, estando diariamente em sua prática educativa.

Passamos a detalhar as principais características de cada um desses instrumentos. 1. PROVA: -Existem vários tipos: individual, coletiva, com consulta, dissertativa, oral, etc., apresentando diferentes procedimentos para suas aplicações; -Os acertos apontam o grau de aquisições de conhecimentos obtidos; - Os erros indicam as possibilidades de intervenções que precisam ser construídas pelo professor no processo que reorientam suas ações. 2. DEBATE: -Permite situações de interação, troca de ideias, e diálogo coletivo, propiciando ao educando expor sua visão de mundo e concepção sobre o tema ou assunto discutido; -A participação exige: posicionamento do educando ao expressar suas ideias, mudanças de valores, estabelecimento de relações dialéticas que contribuem para a construção de novos conceitos. 3. SEMINÁRIO: -Contribui para a aprendizagem do ouvinte e do expositor, pois exige pesquisa, planejamento e organização das informações.

Permite a reflexão das seguintes questões: Quais foram os objetivos iniciais do trabalho a ser realizado? Que avanços foram evidenciados no processo? Que fontes de informação foram consultadas? Quais os novos encaminhamentos e intervenções pedagógicas poderão ser feitos a partir deste trabalho? 4. TRABALHO EM GRUPO: -Propicia um espaço para compartilhar, confrontar, negociar e construir novos conhecimentos, estimulando os alunos à cooperação. É preciso haver uma dinâmica interna, mediada pelo conhecimento, potencializado por uma situação problematizadora, que leve o grupo a colher informações, explicar suas ideias, saber expressar seus argumentos. É necessário considerar o tempo de realização, o nível de envolvimento e de compromisso dos alunos, os tipos de orientações dadas, as fontes de informação e recursos materiais utilizados. 5. OBSERVAÇÃO: -Permite aos educadores conhecer melhor os alunos, analisar seu desempenho nas atividades em sala de aula e compreender seus avanços e dificuldades. Da mesma forma que os educandos poderão tomar consciência dos processos vividos pelo grupo. Instrumento avaliativo que vai exigir do professor: eleger o objeto de investigação (um aluno, um grupo etc); elaborar objetivos claros (descobrir dúvidas, avanços etc); identificar contextos e momentos específicos (durante a aula, no recreio etc); estabelecer formas de

registros apropriados (fotos, anotações etc).

A partir da bagagem teórica e conceitual vistas até então, é possível estabelecer uma reflexão sobre o ensino de Geografia, ou melhor, sobre o processo de avaliação nas aulas de Geografia. Para tal, norteamos-nos pelos seguintes questionamentos: há diferentes maneiras de avaliar em Geografia? Que instrumentos de avaliação se utiliza em Geografia? O que explica a escolha dos instrumentos e dos conteúdos que se avaliam? O que se avalia em Geografia? Que saberes/contéudos são exigidos nas avaliações de Geografia?

No entanto, ao selecionar que instrumentos irá usar, é importante que o professor tenha conhecimento da sua concepção de avaliação (ou da instituição em que trabalha). É preciso que o professor se pergunte: que dados quero coletar? Para que eu avalio? Para que serve o resultado da avaliação? Pois,

Muitas vezes, os instrumentos revelam que professores e professoras parecem desejar coletar dados sobre um determinado conteúdo, porém, introduzem um conteúdo estranho no meio de uma questão, o que dificulta a compreensão do educando, conduzindo-o, assim, a uma resposta inadequada (LUCKESI, 2006, p. 2).

Dessa forma, os professores devem ser coerentes com o que e como foi trabalhado em sala de aula, tanto no conteúdo quanto na metodologia utilizada. É importante também que os instrumentos sejam adequados na linguagem, uma vez que conforme Luckesi (2006, p.20),

[...] na maior parte das vezes, os instrumentos não são elaborados de tal forma que solicitem simples e diretamente aos estudantes o que eles deverão manifestar que tenham aprendido. E, então, muitas vezes (e muitos estudantes são reprovados por isso) o difícil não é o conteúdo aprendido e a ser expresso nos instrumentos, mas sim o difícil é compreender o que é que os professores solicitam aos estudantes.

Além disso, a repetição do instrumento avaliativo em sala de aula pode ser um problema.

Discussões, debates, leituras, aulas expositivas-dialogadas, seminários, prova escritas, trabalhos individuais e em grupo, trabalho de pesquisa, elaboração de sínteses, todos são importantes técnicas e instrumentos de avaliação que devem ser usados nas mais diversas disciplinas, estando a juízo crítico do professor encontrar os instrumentos mais adequados aos conteúdos e critérios de avaliação de sua disciplina.

No caso da Geografia, percebe-se que os professores utilizam de atividades cartográficas, maquete, desenhos/croquis, elaboração de mapas, análise de imagens, todos instrumentos que permitem acompanhar o conhecimento espacial, e são usados particularmente pelos professores de geografia.

O uso de atividades cartográficas, de análise de imagens, confecção ou leitura de mapas como instrumentos de avaliação nas aulas de geografia são capazes de garantir ao aluno o aprendizado de conceitos especiais como a localização dos objetos no espaço, a tomada de consciência do espaço ocupado por seu corpo, o processo que envolve deslocamento, orientação, distâncias e a representação do espaço.

Deve-se salientar que os critérios de avaliação estão vinculados à expectativa de aprendizagem, que decorrem de objetivos que se relacionam com os conteúdos. Os conteúdos, por sua vez, devem ser efetivamente relevantes dentro da Geografia e “[...] necessários para que cada um possa participar democraticamente da vida social.” (Luckesi, 1999, p. 35). Deste modo, é necessário que se tenha clareza do que, e como se objetiva ensinar com este ou aquele conteúdo, para que se estabeleçam critérios de avaliação pertinentes.

Em nossa pesquisa de campo constatamos que a escola em questão apresenta um sistema de avaliação da aprendizagem do educando baseado em pontos/notas por semestre, no primeiro, 40 pontos, e no segundo, 60 pontos. Esses totais de 100 pontos segue as orientações propostas pelo sistema de educação municipal que de maneira contínua e cumulativa a avaliação dar-se com aplicações de vários instrumentos, dentre os quais, provas, seminários, observação, participação em projetos. No fim do ano letivo o aluno que alcançar na soma dos pontos uma pontuação igual ou superior a 50 pontos será promovido à série seguinte.

Ao questionar os professores de geografia sobre a importância da escolha dos instrumentos avaliativos, os mesmos revelaram se preocupar muito com a forma que avaliam seus alunos em cada aula, levando em consideração cada assunto e cada turma, uma vez que muitas vezes, o mesmo conteúdo não pode ser avaliado da mesma forma entre todas as turmas dos 6º anos, por exemplo. “Por isso que é necessário fazer uma certa sondagem em cada turma, de preferência no início do ano letivo, para que se possa identificar as carências e as dificuldades de cada aluno”, disse o Profº 1.

Por sua vez, o Profº 2 salienta que ao avaliar, o mais importante não é o fim e sim o meio afirmando que “não sou totalmente a favor da avaliação com provas, pois ao avaliar um aluno eu levo em consideração o processo, o

crescimento que ele teve ao longo do tempo”.

Assim, essa experiência com os professores de geografia nos fez refletir sobre o que realmente é importante avaliar em cada conteúdo e em cada série.

De forma geral, nos 6º anos, se dá ênfase aos conteúdos que se relacionam a conceitos como lugar, paisagem, sociedade e natureza. Dessa maneira, o lugar é apresentado como o ponto de partida em um conteúdo que se organiza de forma concêntrica – lugar, região/país, país/região, continente, mundo, os quais serão trabalhados em várias séries distintas. Ao se trabalhar a abordagem e as transformações do espaço provocadas pelo ser humano e os elementos naturais que os compõem, é certa a discussão sobre os conceitos de paisagem natural e humana ou cultural. Já o conceito de sociedade está presente quando se debate o trabalho e as atividades econômicas, os diversos grupos étnicos e a dinâmica demografia. Os meios de orientação cartográfica como os pontos cardeais e os mapas também são conteúdos desta série/ano. É nesse momento, por exemplo, que o professor de geografia deve apresentar os elementos da linguagem cartográfica ao aluno. Nessas aulas podem ser inclusas maquetes, mapas diversos, globo terrestre, rosa dos ventos, etc.

No 7º ano os conteúdos tem como foco o território brasileiro. Os conceitos de paisagem, natureza e sociedade discutidos no 6º ano reaparecem, no entanto, são os conceitos de região e território que se destacam. A paisagem, nesse momento é abordada em suas diferenças no rural e urbano, sendo o rural marcado pelo intenso processo industrial. Nesses conteúdos, os professores de geografia devem fazer com que o aluno entenda as diferentes realidades existentes no território nacional.

Já o 8º ano é dominado pelos temas relacionados ao continente americano, suas subdivisões regionais, diversidade cultural, recursos naturais e econômicos. As concepções de integração vem através da formação dos blocos econômicos e/ou dependência tecnológica e do conceito de rede. No 8º ano deve-se estimular a criticidade do aluno fazendo-o perceber o interesse econômico dos países, sobretudo dos desenvolvidos.

Por fim, no 9º ano se estuda os demais continentes terrestres e o processo de globalização. O conceito de natureza reaparece como um objeto de apropriação humana. O território e a rede se tornam os conceitos mais discutidos.

Dessa maneira, para se ter um satisfatório desempenho ensino-aprendizagem, antes de se pensar na forma de avaliação, o professor tem que selecionar bem os conteúdos e recursos que serão utilizados. Ou seja, o bom desempenho avaliativo se inicia no processo de planejamento.

Assim, observamos que ao se trabalhar no 6º ano, por exemplo, o conteúdo Formação; Localização, deve-se detalhar especificadamente o que se pretende trabalhar, ou seja, a Origem e utilização dos métodos de orientação e localização. Depois, determinar os critérios avaliativos, que seriam Localiza-se e orienta-se no espaço através da leitura cartográfica. Feito essa estrutura, fica mais fácil para o professor refletir sobre a melhor forma de avaliar o aluno a partir deste conteúdo, fazendo o docente se questionar, por exemplo, como melhor avalio meu aluno, com um debate ou um seminário em grupo?

Em nossa pesquisa de campo tivemos a oportunidade de acompanhar algumas aulas e percebemos que ao abordar o conteúdo sobre localização, os alunos, divididos em grupo, desenharam a rosa dos ventos em cartolinas e explicaram o assunto em seminários.

Constatamos também a forte presença de instrumentos como a resolução de questionário sobre o assunto discutido, e a prova composta de questões de múltipla escolha e dissertativas, instrumentos ainda muito utilizados pelo professor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho compreendemos as principais concepções da avaliação e sua importância para a consecução do processo de ensino aprendizagem. Constatamos que através de posturas como diagnóstica, formativa ou somativa, a avaliação assume um extraordinário papel na busca por melhores resultados educacionais.

A avaliação pode ocorrer sob diferentes concepções e que nos espaços educacionais a avaliação deve ser vista como um processo. Além disso, existem diversas maneiras de se avaliar e diversos instrumentos que podem ajudar o educador nessa prática, diariamente, como a prova, o debate, a observação, o seminário ou o trabalho em grupo.

Neste sentido, no caso dos educadores da disciplina de Geografia, percebe-se que os mesmos utilizam de atividades que são particulares desta disciplina, como instrumentos cartográficos, maquete, desenhos/croquis, elaboração de mapas e análise de imagens, o que são capazes de garantir ao aluno o aprendizado de conceitos especiais como a localização dos objetos no espaço, a tomada de consciência do espaço ocupado por seu corpo, o processo que envolve deslocamento, orientação, distâncias e a representação do espaço.

No mais, ao se estudar a avaliação escolar, constatamos a partir dos conceitos e dos sentidos da avaliação, do ato de avaliar, e dos instrumentos avaliativos que a avaliação é muito mais do que um fim, é um processo no qual todos são avaliados, não só o aluno, mas também a própria prática docente.

REFERÊNCIAS

BOTH, Ivo José. **Avaliação planejada, aprendizagem consentida**: é ensinando que se avalia, é avaliando que se ensina. 3ª. Edição, Curitiba: Ibpex, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FURTADO, J. **Avaliação e mudança**: necessidades e resistências. In: AFONSO, A. et al. Avaliação na Educação. Pinhais: Editora Melo, 2007. p. 15-22.

HOFFMANN, Jussara. **Pontos e contrapontos**. Porto Alegre: Mediação 2005.

_____. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 18 ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtiva. 11. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1984.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem e ética**. São Paulo. Revista ABC EDUCATIO, nº 54, p. 20-2, 2006.

_____. **Verificação ou Avaliação**: O Que Pratica a Escola? Ideias. São Paulo: FDE, 2000.

_____. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PENNA FIRME, T. **Avaliação**: tendências e tendenciosidades, Ensaio: avaliação de políticas públicas em avaliação, 1994, V.1, N° 2, p. 5-12.

REVISTA ESCOLA. Dados sobre planejamento. Disponível em: < <http://revistaescola.abril.com.br/> >. Acesso em: 04. Jul. 2014.

RIOEDUCA. Dados sobre avaliação. Disponível em: < <http://www.rioeduca.net/> >. Acesso em: 04. Jul. 2014.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação emancipatória**: desafio à teoria e à prática da avaliação e reformulação de currículo. 3ª ed., São Paulo: Cortez, 1995.

VILLAS BOAS, B.M.F. Construindo a avaliação formativa em uma escola de educação infantil e fundamental. In: VILLAS BOAS, B.M.F. (Org.) **Avaliação: políticas e práticas**. Campinas: Papyrus, 2002. p. 131-143.

ZAMBONE, Gisele. O processo de avaliação em geografia. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. 1aed. Curitiba: Secretaria do Estado da Educação, 2010, v. 1.

Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; professora de Geografia na Educação Básica e docente do Curso de Especialização em Ensino de Geografia, da Universidade Federal de Alagoas, atuando com a disciplina Planejamento Educacional e Avaliação da Aprendizagem. E-mail: anapaula_uneal@hotmail.com

Recebido em: 05/07/2015

Aprovado em: 05/07/2015

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: